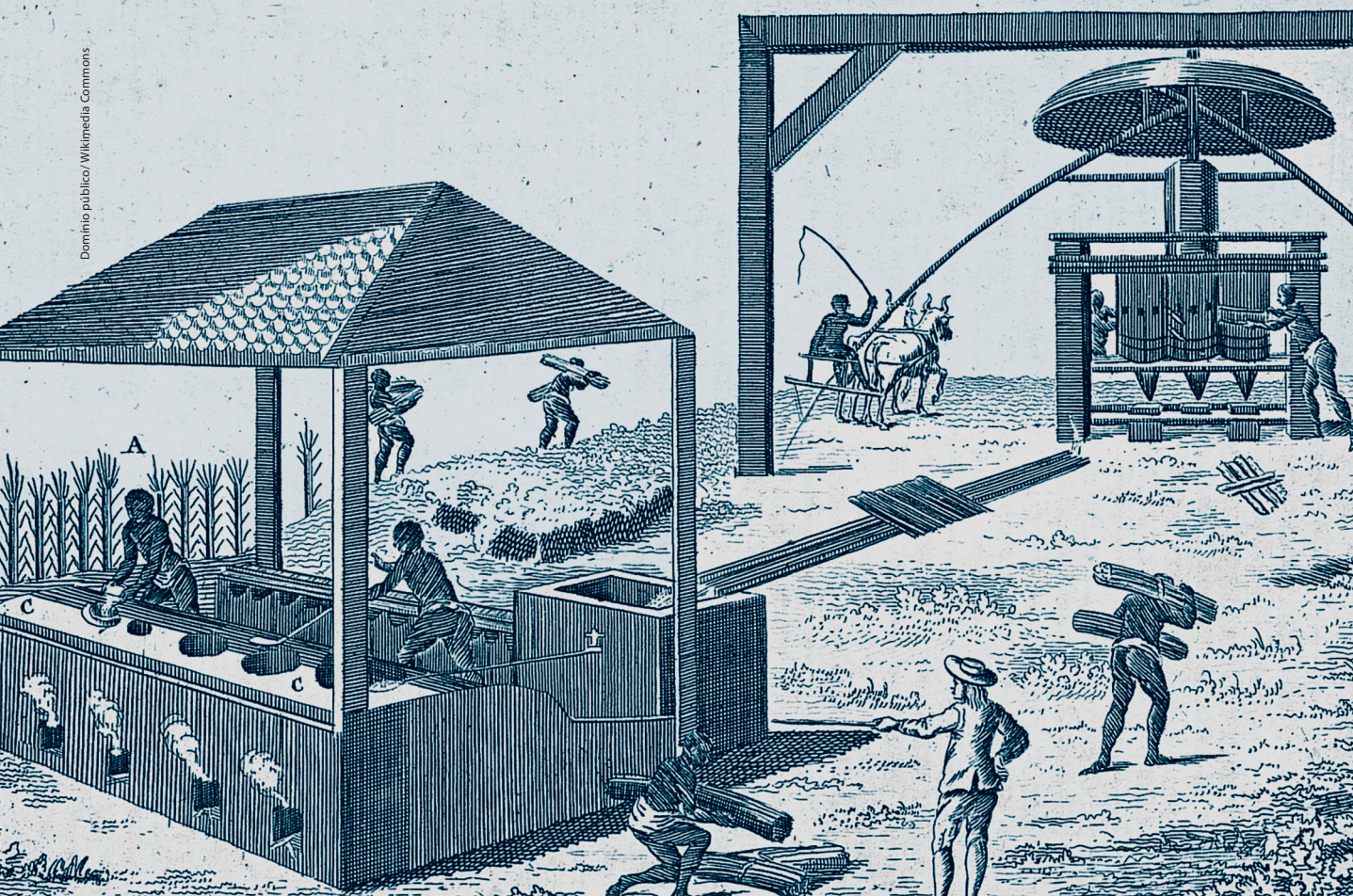


Dinâmica da atividade agrícola até meados do século XIX

Francisco Vidal Luna

Herbert S. Klein



resumo

Até o início do século XX a história do Brasil foi marcada pela dinâmica da atividade agrícola, tanto a grande lavoura exportadora, como a agropecuária voltada ao abastecimento do mercado interno, que se confundia com a atividade de subsistência. Embora o mercado internacional fosse o elemento dinâmico, os efeitos sobre as atividades não exportadoras são essenciais para explicar a história, ocupação e povoamento do território brasileiro. Neste artigo objetivamos analisar a dinâmica da agricultura nos primeiros séculos de colonização, tanto as atividades exportadoras como as dedicadas ao mercado interno, e sua situação em meados do século XIX, período de consolidação da cafeicultura, que alterou profundamente a estrutura produtiva nacional e a infraestrutura econômica, em particular o sistema de transportes.

Palavras-chave: atividade agrícola; atividades exportadoras; mercado interno; sistema de transportes.

abstract

Until the beginning of the 20th century, the history of Brazil was marked by the dynamics of agricultural activity with both large-scale export crops and agriculture aimed at supplying the domestic market, the latter sometimes confused with subsistence farming. Although the international market was the dynamic element, the effects to supply the internal market are essential to explain the history, occupation and population of Brazilian territory. In this article we aim to analyze the dynamics of agriculture in the first centuries of colonization, both exporting activities and those dedicated to the domestic market, and its situation in the mid-nineteenth century period of consolidation of coffee farming, which profoundly altered the national productive structure and the infrastructure economy and in particular the transport system.

Keywords: *agricultural activity; exporting activities; domestic market; transport system.*

A

história do Brasil, até o início do século XX, foi marcada pela dinâmica da atividade agrícola, tanto a grande lavoura exportadora, como a agropecuária voltada ao abastecimento do mercado interno, que se confundia com a atividade de subsistência. A colonização, a ocupação territorial e o povoamento tiveram na agricultura um fator fundamental. Embora o mercado internacional fosse o elemento dinâmico a explicar a rentabilidade e a expansão da grande lavoura exportadora, os efeitos sobre as atividades não exportadoras, que surgiam subsidiariamente aos núcleos exportadores, são essenciais para explicar a história, ocupação e povoamento do território brasileiro. O surto extrativo mineral, ocorrido ao longo do século XVIII, representaria talvez o núcleo produtivo exportador mais importante na ampliação de atividades internas não exportadoras. A mineração estimulou a criação e o desenvolvimento de mercados

fornecedores de várias áreas do território brasileiro, constituindo, ainda que limitadamente, a primeira configuração de um mercado nacional, restrito pelo deficiente sistema de transportes, baseado nas tropas de mulas, cabotagem e navegação fluvial.

Somente no século XIX, com o desenvolvimento da atividade cafeeira, implantou-se um sistema mais eficiente de transportes, através das ferrovias. A dinâmica da produção e da exportação de café seria essencial para explicar a dinâmica econômica naquele século. Em meados do século XIX, já esgotados os veios auríferos, a agricultura recuperava a preponderância econômica do país, ainda essencialmente rural, ainda pouco povoado, dependente externamente da exportação de poucos produtos agrícolas. Entre 1840 e 1850, os principais produtos exportados foram o café (47%), o açúcar

FRANCISCO VIDAL LUNA é professor aposentado da Universidade de São Paulo.

HERBERT S. KLEIN é professor emérito da Universidade Columbia (EUA).

(30%), os couros e peles (10%), o algodão (9%) e outros produtos menos expressivos, como o tabaco, a erva-mate e o cacau.

Para melhor entendimento da dinâmica da agricultura nos primeiros séculos de colonização e sua situação em meados do século XIX, vamos apreciar algumas atividades voltadas ao mercado externo e interno, com maior influência na configuração do Brasil naquele período.

MERCADO EXTERNO: A ATIVIDADE AÇUCAREIRA

A produção de açúcar foi a primeira atividade de larga envergadura desenvolvida no Brasil. Junto com o processo de exploração do espaço americano, os portugueses reproduziram o empreendimento açucareiro das suas ilhas do Atlântico, Madeira e São Thomé, onde desenvolveram a tecnologia da produção de açúcar em larga escala, reproduzida no Nordeste e que colocaria a colônia portuguesa na condição de maior produtor mundial de açúcar.

O sucesso da atividade transformou a região nordestina no centro de interesse metropolitano, concentrando ali o poder econômico e político da colônia. A característica do empreendimento era a grande exploração econômica e a mão de obra compulsória, inicialmente baseada na força de trabalho dos índios, posteriormente substituídos pelos escravos de origem africana. A supremacia mundial do Brasil no mercado mundial de açúcar manteve-se até a segunda metade do século XVII, quando se consolidou a produção açucareira nas ilhas do Caribe. Os holandeses, que ocuparam o Nordeste brasileiro em 1630, ao serem expulsos em 1654,

apoiaram a formação do polo açucareiro das Antilhas. O novo polo quebrou o monopólio português e concorreu em condições vantajosas, tanto pela menor distância em relação ao mercado europeu, como pela maior produtividade dos seus engenhos. A tradicional região nordestina perdeu a supremacia para as novas áreas produtoras no exterior, mas manteve-se como principal área agrícola do Brasil, até a consolidação da lavoura cafeeira no século XIX (Schwartz, 1985; Canabrava, 1981; Vogt, 1979).

No século XVIII a região nordestina perdeu a hegemonia política e econômica, pois o eixo econômico foi deslocado para a região influenciada pela mineração e que transformou o Rio de Janeiro no principal centro político e administrativo da colônia. A atividade alterou a ocupação e exploração do território e ampliou significativamente os fluxos comerciais entre várias regiões, tendo por elemento dinâmico as áreas extrativas, localizadas nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A ocupação populacional e econômica ultrapassou as áreas litorâneas, adentrou o sertão e incorporou a ampla capitania de São Paulo ao processo econômico colonial.

O Rio de Janeiro tornou-se o principal núcleo de relacionamento entre a Metrópole e as áreas extrativas, tanto no escoamento do ouro como no abastecimento das minas. Pela nova importância adquirida, em 1763 a capital da colônia, até então sediada em Salvador, foi transferida para o Rio de Janeiro, consolidando o deslocamento do eixo econômico e político da colônia para esta região. Com o declínio gradativo das exportações de ouro e diamantes, o açúcar retomava seu papel como principal atividade econômica colonial.

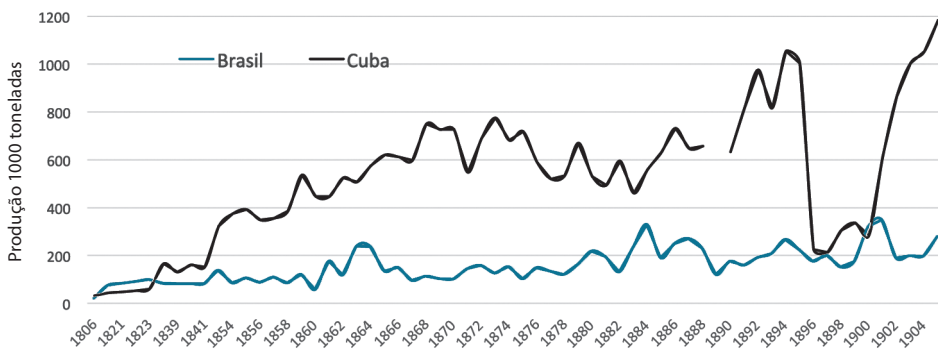
A posição relativa do Brasil no mercado mundial de açúcar havia mudado com o crescimento das Índias Ocidentais e depois da produção asiática no início do século XVIII. Isso sugeriu que a produção brasileira de açúcar teria entrado em declínio secular. A realidade é que a economia açucareira do Nordeste cresceu nos dois séculos seguintes, especialmente após a lei do açúcar britânica de 1845, que permitiu a importação de açúcar não britânico para a Inglaterra e o crescimento contínuo do consumo de açúcar na

Europa. Assim, embora o Brasil ocupasse posição secundária no mercado mundial, sua participação manteve-se significativa em relação ao valor das exportações brasileiras até meados do século XIX (Gráficos 1 e 2).

Nesse período, mantiveram-se as exportações de açúcar provenientes das principais zonas exportadoras, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Além das áreas tradicionais do Nordeste e da crescente produção no Rio de Janeiro, desenvolveu-se também na capitania de São Paulo uma atividade

GRÁFICO 1

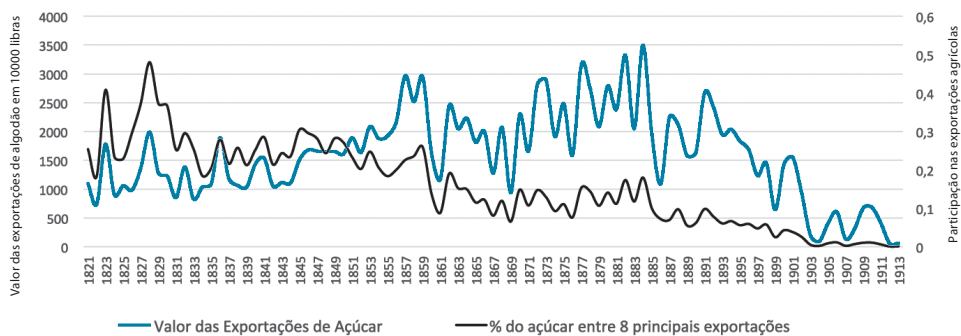
Brasil e Cuba, produção de açúcar, 1806-1905



Fonte: Deerr, 1949, 1:122-131

GRÁFICO 2

Valor e participação do açúcar nas exportações agrícolas brasileiras, 1821-1931 (produtos considerados: café, açúcar, algodão, cacau, erva-mate, fumo, borracha e couros)



Fonte: IBGE, Estatísticas Históricas

açucareira, concentrada no chamado Quadrilátero do Açúcar, que, sem alcançar a dimensão nordestina e carioca, representava a primeira inserção da capitania diretamente na produção exportadora, e cujo escoamento realizava-se pelo porto do Rio de Janeiro.

Ao consolidar-se a produção de açúcar no Caribe, criou-se uma defasagem tecnológica entre aquela região e o núcleo açucareiro brasileiro. O distanciamento tecnológico ampliou-se com a criação dos chamados engenhos centrais no Caribe, que incorporavam as inovações tecnológicas desenvolvidas com a Revolução Industrial. Ao contrário dos engenhos tradicionais, essas unidades produtivas separavam a atividade agrícola da industrial, pois o engenho central não produzia cana, abastecendo-se com fornecedoras independentes. O objetivo era ampliar a dimensão do empreendimento e racionalizar o processo industrial, com aumento da produtividade e competitividade do açúcar proveniente da cana, para enfrentar a concorrência do açúcar de beterraba, cuja produção se alastrava na Europa.

Face ao sucesso dos engenhos centrais nos países concorrentes, o governo brasileiro procurou estimular sua implantação no país. Concederam-se incentivos para os engenhos centrais construídos, inclusive com garantia de remuneração mínima. As novas unidades deveriam incorporar as inovações técnicas existentes no setor e utilizar exclusivamente trabalhadores livres assalariados. Pretendia-se melhorar também a qualidade do produto, pelo aprimoramento dos setores agrícola e industrial. Embora fossem emitidas numerosas concessões para a instalação de engenhos centrais, os poucos implantados foram malsucedidos, por problemas operacionais e tecnológicos. Também sofriam pela irre-

gularidade na entrega de cana pelos fornecedores, muitos produtores de açúcar ou de aguardente. Outro fator negativo era a precariedade dos transportes, dificultando o abastecimento eficiente de cana para o processamento centralizado. A organização dos plantios existentes não atendia aos requisitos da centralização do processamento industrial (Carli, 1943; Canabrava, 1971; Meira, 2007; Eisenberg, 1974).

A trajetória desses engenhos centrais em São Paulo, promovida pelo governo provincial e central, pouco diferiu do resto do Brasil. Houve concessão de cinco, mas somente três funcionaram, instalados em Porto Feliz, Piracicaba e Lorena e que nunca atingiram a produção esperada. Em 1886 instituiu-se a concessão do Engenho Central de Capivari. Além dos subsídios normais, o governo imperial autorizou a compra de terras e a promoção de imigração para produção de cana. Os engenhos poderiam produzir e moer a própria cana, sem depender do fornecimento de terceiros. A iniciativa assinalou o fim do conceito de engenhos centrais e a instituição das usinas como modelo de organização da produção de açúcar (Meira, 2007; Carli, 1943).

A partir dos anos 1880, as exportações brasileiras de açúcar decresceram sistematicamente, com uma breve recuperação na década de 1920. De modo geral, o açúcar brasileiro tornou-se pouco representativo no mercado internacional até o fim da Segunda Guerra Mundial. A principal razão seria o atraso na efetiva implantação de uma indústria açucareira moderna, em contraste com o desenvolvimento ocorrido nos principais concorrentes. Em 1917 existiam 215 usinas, responsáveis por metade da produção nacional de açúcar. O restante ainda era produ-

zido pelos engenhos tradicionais. Pernambuco respondeu por 40% da produção nacional, o Rio de Janeiro, 20% e Alagoas, 10%. São Paulo, com apenas 8% da produção, só conseguia suprir 40% do que necessitava para atender à sua demanda interna, abastecendo-se de outras regiões produtoras do país. A sobrevivência dos velhos engenhos apesar do rápido crescimento das usinas mostra a longa transição para a nova tecnologia.

Com a queda da competitividade das exportações brasileiras de açúcar, a maior parte da produção nacional era orientada para o mercado interno. Somente na segunda metade do século XX as exportações de açúcar se tornariam novamente representativas. Nesse período, o Nordeste perderia a liderança para o Sudeste, e São Paulo tornava-se o maior produtor nacional (Deerr, 1949; Eisenberg, 1974; Carli, 1937; Canabrava, 1981).

MERCADO EXTERNO: AS VÁRIAS FASES DO ALGODÃO

O cultivo do algodão tem uma longa história, que remonta a milhares de anos, encontrando-se diversas variedades espalhadas por várias regiões do mundo. No Brasil há evidências de uso pelos índios quando da chegada dos portugueses e do seu cultivo nas primeiras fases da colonização (Souza, 1851). Esparsamente cultivado pela colônia, teve sua primeira fase comercial no Maranhão e Pernambuco a partir de 1780. O processo de industrialização da Inglaterra teve como um dos pontos basilares a produção de tecidos de algodão e o Brasil tornou-se inicialmente o principal fornecedor da crescente demanda de algodão (Carreira, 1988; Maxwell, 1996; Mar-

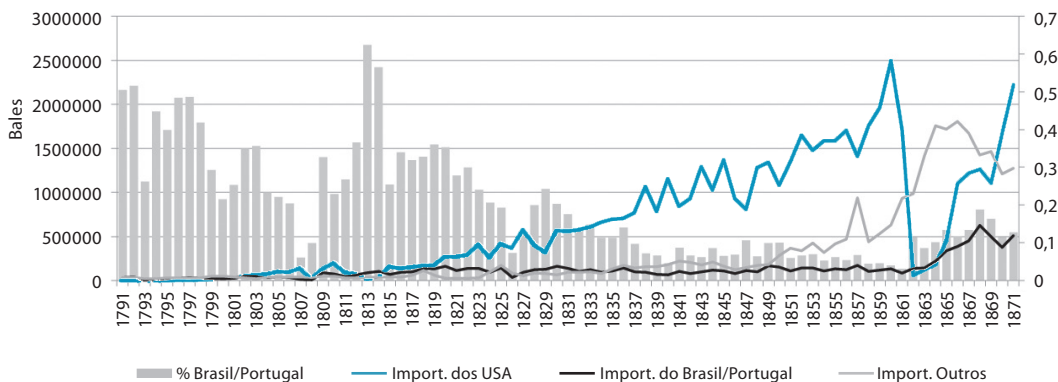
tins e Mello, 2018; Arruda, 2016; Camara, 1797). O algodão nordestino, arbóreo, de fibra longa e de boa resistência, prestava-se adequadamente aos processos produtivos adotados na primeira fase da industrialização, o que lhe permitiu manter por longos anos uma posição de destaque nas importações inglesas de algodão. Assim, entre 1785 e 1815, o Brasil representou um quinto das importações de algodão realizadas por Liverpool (Krichal, 2013; Pereira, 2017; Albano, 1918; Soares, 1860; Donnel, 1872).

O expressivo crescimento da demanda, os reduzidos investimentos necessários para ingresso na atividade e a rentabilidade oferecida atraíram pequenos e grandes produtores nordestinos. Entretanto, no início do século XIX ocorreram transformações tecnológicas no processamento do algodão e produção de tecidos, que permitiram utilizar outras variedades de algodão, estimulando a demanda para a produção americana, baseada no algodão herbáceo. A produção americana cresceu de forma exponencial, com elevada qualidade e produtividade, tornando os Estados Unidos a principal fonte de abastecimento de algodão para a Inglaterra, líder na produção e exportação mundial de tecidos de algodão (Watts, 1871; Andrade, 2011).

Nas duas primeiras décadas do século XIX, as turbulências políticas e militares, inclusive os conflitos gerados pelas guerras napoleônicas, afetaram vários dos fornecedores mundiais de algodão e beneficiaram a posição brasileira no mercado internacional. Mas, com o fim dos conflitos e normalização do mercado, o Brasil perdeu representatividade no mercado, e não acompanhou o explosivo crescimento da demanda internacional (Arruda, 2016; Novaes, 2000) (Gráfico 3).

GRÁFICO 3

Origem das importações de algodão por Liverpool, 1791-1871



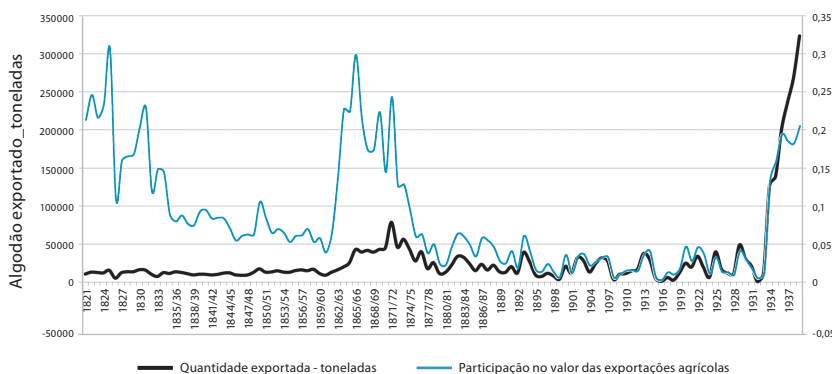
Fonte: Donnel (1872); Smithers (1825)

Ao longo dos anos 1821 a 1860, a exportação brasileira de algodão manteve-se praticamente estável, entre 10 e 15 mil toneladas/ano, mas sua participação nas exportações brasileiras reduziu-se de um quarto para 5%, então lideradas pelo café. O Nordeste liderava as exportações, orientadas principalmente para a Inglaterra (80%) e em menor escala para a Espanha e França (Gráfico 4).

A queda dos preços internacionais e a baixa produtividade da produção brasileira reduzem a competitividade do Brasil no mercado internacional. Ademais, métodos inadequados de processamento e comercialização contribuíam para depreciar os preços do produto brasileiro no mercado internacional, apesar da qualidade da fibra. Por fim, recentes estudos têm enfatizado também a elevada carga

GRÁFICO 4

Quantidade exportada de algodão e participação no valor das exportações agrícolas (1821-1939)



Fonte: IBGE, Anuário Estatístico, 1939-1940

de impostos que onerava o algodão exportado pelo Brasil. Assim, embora o Brasil mantivesse suas exportações, permaneceu como um fornecedor secundário no crescente mercado de algodão (Gráfico 4) (Pereira, 2017; Soares, 1860).

A economia do algodão era extremamente importante para os estados nordestinos e, para vários, seu principal produto de exportação. A facilidade de cultivo e adequação às condições da região permitia o ingresso de pequenos e grandes produtores, escravistas ou não. No semiárido tornou-se um cultivo associado à pecuária, permitindo um fluxo de renda importante para os agricultores locais. Além disso, os resíduos do cultivo serviam para a alimentação do gado, base da economia local. De modo geral, no Maranhão os cultivos realizavam-se por trabalho escravo, enquanto em outras áreas do Nordeste eram mais importantes os pequenos produtores não escravistas. Os métodos de cultivo eram primitivos, tanto do sertanejo pobre do semiárido, como dos produtores de maior porte. Usualmente o agricultor vendia sua produção ao descaroador, que se encarregava da comercialização para os exportadores (Lirbório, 2017; Nogueira e Simões, 2009; Koster, 1941; Albano, 1918).

A Guerra de Secessão americana desorganizou a produção algodoeira dos Estados Unidos, principal fornecedor do produto para a Inglaterra, que procurou encontrar alternativas de fornecimento, de preferência algodão com características semelhantes ao produto americano. Para suprir suas necessidades as autoridades inglesas passaram a estimular a ampliação da produção em vários países, inclusive o Brasil, produtor então secundário, mas com longa tradição na produção e exportação do produto. Seria na província de

São Paulo, província sem histórico de produção ou exportação, que se concentrariam os experimentos, através da semente New Orleans. As condições do mercado estimularam o incremento da produção brasileira, também nos tradicionais estados produtores no Nordeste, com aumento da participação do Brasil no mercado mundial de algodão e a participação do algodão na pauta de exportações do país. O aumento de preços estimulava a produção e tornava rentável a exportação da produção, independentemente dos níveis de produtividade. Embora o Nordeste continuasse como a principal região produtora de algodão, São Paulo, anteriormente sem representatividade no produto, tornou-se um produtor e exportador importante, representando cerca de um quinto da produção em 1873-1874. Naquela safra, Pernambuco foi o maior exportador, seguido de São Paulo, Alagoas e Ceará. Nos primeiros anos da década de 1870 os preços voltaram aos níveis anteriores, colocando um ponto final na euforia do mercado de algodão no Brasil, que permanecia não competitivo internacionalmente em condições normais de mercado. O Brasil continuava produtor, mas com pouca representatividade internacional. A produção local atendia à crescente demanda interna, gerada pelo início do processo de industrialização, também baseado na indústria têxtil (Canabrava, 1984; Watts, 1871; Moreira, 1875; Viveiros, 1954).

MERCADO EXTERNO: ECONOMIA CAFEIEIRA

A expansão da produção de café no segundo quarto do século XIX deu ao Brasil uma nova mercadoria de exportação, cuja

demanda crescia sistematicamente pela ampliação do hábito por uma população crescente, cada vez mais urbana e mais rica nos países mais desenvolvidos do mundo. Dadas as excepcionais condições físicas do Brasil para o cultivo do café, o país rapidamente assumiu a posição de líder mundial no fornecimento do produto, tendo sido fácil aumentar a produção adequadamente, a fim de atender à crescente demanda.

A expansão inicial do café ocorreu no Vale do Rio Paraíba, primeiro na parte pertencente ao Rio de Janeiro, na região de Vassouras. Posteriormente, as plantações de café moveram-se para o norte e o oeste, alcançando a região denominada Zona de Mata, na parte sudoeste da província de Minas Gerais, e as áreas ao redor dos municípios de Areias e Bananal, na região nordeste da província de São Paulo. Nessa primeira fase, o Vale do Paraíba era o maior produtor mundial de café. Em 1850, o Brasil era responsável por metade da produção mundial, e o café, por sua vez, correspondia à metade do valor das exportações nacionais. Além disso, à medida que a demanda pelo café brasileiro aumentava, a produção expandia-se a um ritmo ainda mais rápido, tanto que, nos últimos cinco anos do século, 70% da produção mundial de café era procedente do Brasil (Delfim, 1981; Bacha e Greenhill, 1992; Stein, 1953 e 1976).

Dada a disponibilidade de terra, particularmente no Oeste Paulista e outras áreas novas que poderiam ser incorporadas ao plantio, a mão de obra representava o fator que poderia limitar a expansão da produção a partir da paralização do tráfico em 1850. Dada a escassez de mão de obra, ocorreu a transferência de escravos para a lavoura de maior densidade econômica, resultando

em contínuo aumento na proporção desses trabalhadores nas regiões cafeeiras depois de 1850. Motivados pela escassez de força de trabalho escrava, os cafeicultores passaram a utilizar também trabalhadores europeus assalariados nos cafezais. Como as tentativas iniciais foram malsucedidas, o governo de São Paulo procurou encontrar uma solução consistente para o problema, já que o cenário apontava para a abolição da escravatura, e a solução exigiria forte apoio governamental para atrair trabalhadores livres europeus (Monbeig, 1984; Holloway, 1980; Davatz, 1980; Dean, 1976; Mello, 1977).

Em 1881 foi dado um passo importante com a construção da Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo. Patrocinada pelo governo estadual, servia de residência temporária para os imigrantes recém-chegados, até sua transferência para as plantações no interior. A lei que criou a instituição estipulava o reembolso dos imigrantes pelo custo do transporte ferroviário do porto de Santos até a capital, bem como pela diferença no custo da passagem entre Europa e Brasil e Europa e Estados Unidos. A necessidade de se resolver a questão da mão de obra tornou-se premente à medida que o sistema de trabalho escravo começou a desorganizar-se, na década de 1880, com o volume crescente de escravos fugidos e de comunidades que se declaravam refúgios seguros para estes. Em 1884, sob a pressão de plantadores de café, o governo do Estado de São Paulo responsabilizou-se pelo custo total da viagem dos imigrantes da Europa até as fazendas de São Paulo.

Até o final da década de 1880, era a própria sobrevivência da escravidão que limitava a intensificação da imigração de europeus. Com a abolição da escravatura e a

criação de uma estrutura jurídica e institucional de apoio à imigração em São Paulo, e com o suporte financeiro do Estado, ocorreu um fluxo maciço de imigração para o Estado. Entre 1827 e 1884, chegaram apenas 37 mil imigrantes estrangeiros a São Paulo, mas na década seguinte ao ano de 1884 esse contingente saltou para meio milhão. Dos 2,3 milhões de imigrantes que vieram para São Paulo entre 1887 e 1928, metade era subsidiada pelo governo. Apesar do progressivo e final desmantelamento da escravidão na década de 1880, não houve descontinuidade na produção de café.

Juntamente com a mão de obra, outro obstáculo para a expansão da produção do café era o transporte. Desde meados do século XIX, evidenciava-se a necessidade de um sistema de transporte ferroviário eficiente para despachar o café até a costa. O sistema tradicional de transporte do café em lombo de mula apresentava custos elevados e limitava a expansão da atividade. Os primeiros projetos frustrados nacionais envolviam concessões governamentais de zonas de exclusividade ao longo das linhas ferroviárias, mas isso não foi suficiente para garantir a viabilidade econômica dos empreendimentos. A solução veio em 1853, quando foi oferecida a garantia de remuneração aos empreendedores. A Estrada de Ferro D. Pedro II, que ia do Rio de Janeiro até Cachoeira, na província de São Paulo, foi a primeira ferrovia efetivamente construída. Juntamente com a concessão do controle exclusivo sobre a extensão da linha ferroviária, o governo garantiu um retorno de 7% aos investidores. A ferrovia, que alcançou Vassouras em 1865, mas só chegou a Cachoeira 20 anos depois, atendia a região do Vale do Paraíba, facilitando a exportação do café pelo porto do Rio de Janeiro.

Até 1860 existiam duas áreas distintas de produção de café em São Paulo. A mais tradicional, localizada no Vale do Paraíba, tinha como destino natural o porto do Rio de Janeiro, beneficiada pela construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. A produção do Oeste Paulista orientava-se para o porto de Santos e até a década de 1860 dependia das tropas de mulas. Em 1867 foi inaugurada a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, ligando o porto de Santos à cidade de Jundiaí, ponto de conexão com a região do Oeste Paulista e com o interior do Estado. A partir deste projeto pioneiro multiplicaram-se os projetos ferroviários em São Paulo, para atender à expansão da cafeicultura por terras de qualidade excepcional, aptas para o cultivo do café. Assim, na segunda metade do século foram resolvidos dois obstáculos cruciais que limitavam a expansão do café: a insuficiência de mão de obra e a falta de um sistema de transporte barato, pelas ferroviárias. A rede ferroviária, que aos poucos estava sendo desenvolvida, concentrou-se principalmente na região produtora de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

Embora implantadas com o objetivo de reduzir os custos do transporte do café, as ferrovias também transportavam outros tipos de mercadorias entre os portos e diferentes regiões, criando mercados regionais mais integrados, tanto para a produção doméstica quanto para as importações e exportações, e começaram a desempenhar um papel essencial na movimentação de passageiros. Antes, mercadorias e passageiros eram transportados por um sistema extremamente precário, e justamente por isso o surgimento das ferrovias causou um importante impacto modernizador na economia brasileira, em particular na região influenciada pela cafeicultura. As

ferrovias, embora implantadas para atender à produção exportadora, foram um elemento essencial na expansão e integração do mercado interno e da mobilidade da população (Saes, 1981; Monbeig, 1984; Matos, 1974; Summerhill, 2003; Mattoon Jr., 1977).

Dadas a sua extensa fronteira agrícola e a quantidade de terras virgens, agora o Brasil podia suprir grande parte da crescente demanda mundial de café. Entre 1852 e 1900, o consumo mundial de café crescia à taxa de 2,5% ao ano. Nesse período, o consumo mundial passou de 4,6 milhões a 18,1 milhões de sacas de café; destas, 73% eram produzidas pelo Brasil. Houve também importantes mudanças na base regional da produção de café nesse período, com o Estado de São Paulo tornando-se o maior produtor de café do país e do mundo, ultrapassando o Rio de Janeiro na década de 1890. Esse crescimento se manteve no século seguinte e, na década de 1910, São Paulo respondia por 70% da produção total do Brasil.

MERCADO INTERNO: A EXPANSÃO DA PECUÁRIA

Desde o início da colonização a atividade pecuária desempenhou papel fundamental no processo de ocupação do território brasileiro. Se a primeira fase econômica do Brasil Colônia ocorreu no Nordeste açucareiro, que ocupava o espaço privilegiado no litoral, por onde se espalhavam os plantios da cana-de-açúcar que abasteciam os engenhos de açúcar, sua contrapartida foi a pecuária extensiva, de menor valor econômico, mas fundamental para explicar a ocupação populacional e econômica do sertão. Ao longo dos séculos XVI e XVII

a pecuária ocupou parte das margens do Rio São Francisco, estendeu-se para o interior e para o Norte, e alcançou os atuais estados do Maranhão e do Ceará. Não foi pacífico nem natural o processo de ocupação dessas terras, enfrentando reações das populações indígenas ali estabelecidas. Em fazendas de grandes dimensões, os animais recebiam apenas os cuidados necessários para a sobrevivência e para evitar que se tornassem selvagens. Antonil estima a existência de aproximadamente 1,3 milhão de cabeças de gado bovino na região. Embora houvesse predomínio da mão de obra livre, escravos também eram utilizados na atividade (Furtado, 1968; Prado Jr., 1972; Simonsen, 2005; Petrone, 2008; Silva, 1997). Em algumas regiões, inicialmente no Ceará e posteriormente em outras áreas nordestinas litorâneas, desenvolveram-se atividades de produção de carne salgada (charque) e couros. O envio do charque para as áreas consumidoras realizava-se usualmente por cabotagem (Queiroz, 1977; Andreoni, s/d; Simonsen, 2005; Girão, 1996; Rolim, 2013).

A mineração, desenvolvida ao longo do século XVIII, gerou forte demanda de produtos da pecuária, que estimulou a criação animal em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde se concentravam os trabalhos extrativos. Alcançou também parte do Nordeste, o território do atual estado de São Paulo e as zonas meridionais da colônia, em permanente disputa com os espanhóis. Os paulistas estabeleceram-se inicialmente nos Campos de Curitiba e na região de Laguna, e posteriormente avançaram em direção ao sul. Além do abate do gado selvagem ali existente, implantaram-se estâncias para a criação extensiva, tendo inicialmente o couro como seu produto principal. Pela demanda

existente em outras regiões, em particular na área de mineração, e pela oferta abundante de gado, implantaram-se charqueadas em áreas do atual estado do Rio Grande do Sul, que permitiram inserir aquela região nos circuitos comerciais então existentes, dentro e fora do Brasil (Queiroz, 1977; Simonsen, 2005; Mielitz Netto, 1994).

O charque, os couros, o sebo e a graxa, produtos também produzidos nas charqueadas, responderam por mais de três quartos das exportações da província, movimentando a economia regional e garantindo a contínua demanda pelo gado bovino criado nas estâncias localizadas na fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Em 1784 já existiriam 460 mil cabeças de gado no Rio Grande do Sul, distribuídos em 1.540 estâncias, das quais cerca de 60% em unidades com mais de mil cabeças. A produção expandiu-se e por longo tempo a região de Pelotas, no Rio Grande do Sul, seria o principal polo de produção de charque, que abastecia a demanda interna e gerava excedentes exportáveis. Mais de 300 mil cabeças de gado eram abatidas anualmente nas dezenas de charqueadas existentes às margens dos rios São Gonçalo e Pelotas, operadas essencialmente pela mão de obra escrava (Vargas, 2014, 2016 e 2017; Osório, 2005 e 2007; Queiroz, 1977).

Entre 1821 e 1850 as exportações de couros e peles representaram cerca de 10% das exportações brasileiras, reduzindo-se para aproximadamente 5% na segunda metade do século XIX. Além disso alguns produtos, além do charque, tinham representatividade no comércio de cabotagem, entre províncias. O Rio Grande do Sul era o principal abastecedor desses produtos.

A mineração gerou uma demanda não só de mantimentos, mas também de meios

de transportes, em que predominavam as tropas de mulas. Os campos do Sul mostravam-se excepcionais para sua criação, mas havia a limitação de caminhos para o Norte. A solução viria com a abertura de um caminho pelo interior, completado em 1733 e que se tornaria uma das rotas de tropas mais importantes do Brasil, até o desenvolvimento do sistema ferroviário. A criação, o transporte, a comercialização e o abastecimento de mulas seriam uma atividade de grande importância econômica e fundamental na ocupação econômica e populacional do longo trajeto do Viamão a Sorocaba, ponto de chegada das tropas e principal centro de comercialização de mulas. Esse importante fluxo de animais seria mantido por mais de um século. Se na sua fase inicial atendia principalmente à demanda proveniente da mineração, teria também papel fundamental na cafeicultura, até a implantação de uma ampla rede ferroviária na segunda metade do século XIX (Klein, 1989; Suprinyak e Restitutti, 2006; Borges, 2016).

Vemos que a pecuária esteve presente nas diversas regiões brasileiras, usualmente de forma extensiva e através de métodos rudimentares. As preocupações com melhorias técnicas somente ocorreram a partir do século XIX, com a introdução de novas raças com maior aptidão leiteira na Bahia e a importação dos primeiros lotes de sementes de forrageiras de origem africana. A partir de 1870 realizam-se importações de novas raças de origem europeia para o Rio Grande do Sul e da raça zebuína para outras partes do Brasil. No século XX houve uma intensificação da importação de gado zebu, base do atual rebanho brasileiro (Daniele, 2007; Mielitz Netto, 1994).

O EXEMPLO DE SÃO PAULO EM 1829: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS E A ESTRUTURA PRODUTIVA

Mas a agricultura brasileira não se restringia aos produtos tradicionalmente exportados. Havia ampla atividade agrícola voltada aos produtos de subsistência, como milho, arroz, feijão e mandioca. Embora grande parte fosse consumida nas unidades produtoras, abasteciam também mercados locais e regionais. Se os cultivos voltados à exportação e a mineração dependeram quase exclusivamente do trabalho escravo, sua utilização era menor nos cultivos dos produtos dedicados ao abastecimento do mercado interno, mas não inexistente. O mesmo ocorria com a pecuária. Para melhor entender a estrutura da agricultura, inclusive dos cultivos típicos do mercado interno, vamos nos servir de informação relativa a São Paulo, no ano de 1829. Os censos periódicos realizados entre 1777 e 1836 contêm dados de produção, o que permite uma visão geral e abrangente dos vários cultivos ali realizados e a intensidade de utilização do trabalho escravo. São Paulo, que até o início do século XVIII estava à margem dos principais fluxos externos ou internos da colônia, expandiu-se em termos econômicos e populacionais com os estímulos da mineração, pois era uma rota natural para as áreas extrativas, em Minas, Goiás e Mato Grosso. Além da produção local de produtos agropecuários, Sorocaba, em São Paulo, era o principal núcleo de comercialização das mulas provenientes do Sul, abastecendo toda a região influenciada pela mineração. Além da agricultura mais tradicional intensificada ao longo do século XVIII, no último quartel daquele século desenvolveu-se uma atividade

açucareira, centralizada no chamado Quadrilátero Açucareiro (Petroni, 1968; Luna e Klein, 2006).

Em primeiro lugar, vejamos alguns dados obtidos no levantamento realizado por Muller, baseado no censo de 1836. O autor apresenta dados de produção e preços. Embora em 1836 houvesse expressiva produção de açúcar e de café (mais de 8 mil toneladas de cada um dos produtos), identificamos o milho como o produto de maior valor econômico, representando mais do que a soma daqueles dois produtos tipicamente de exportação. Havia produção expressiva também de arroz, feijão e de gado, principalmente suínos e gado vacum (Tabela 1).

Os censos manuscritos contêm informações sobre a maioria das atividades desenvolvidas pelos chefes de fogos. Em 1829 há dados sobre 40 mil fogos com atividades discriminadas, dos quais 24 mil na agricultura. Os demais chefes de fogos se distribuíam por vários segmentos, principalmente nos transportes, artesanato, comércio e muitos anotados como jornaleiros. Dos fogos dedicados à agricultura, cerca de um terço possuía escravos, que somavam 58 mil cativos. Entre os agricultores encontramos a média de oito escravos por proprietário, contra a média de quatro entre os proprietários das demais atividades. Nas atividades agrícolas, encontramos 589 produtores de açúcar e 1.725 de café, cultivos tipicamente de exportação. Nesses fogos, mais de dois terços possuíam escravos. Nos engenhos a média de escravos por fogo era de 31 e na cafeicultura, de 10. Os demais fogos dedicados à agricultura, que envolviam produção de aguardente, outros cultivos e a pecuária, somavam 21 mil unidades, das quais 5 mil possuíam escravos, cerca

TABELA 1

Quantidade e valor da produção agrícola, província de São Paulo, 1836

Produtos	Quantidade	Preço mínimo	Valor em mil réis	% do valor por produtos
Café em toneladas	8.638	1600	940.858	16,3
Açúcar em toneladas	8.287	1180	665.647	11,6
Tabaco em toneladas	166	1280	14.481	0,3
Algodão em toneladas	136	960	8.911	0,2
Chá em libras	788	1600	1.261	0,0
Erva-mate em toneladas	7.138	400	194.352	3,4
Aguardente em canadas	46.727	3400	158.872	2,8
Rapadura em unidades	46.300	0	0	0,0
Arroz em toneladas	7.982	1600	528.178	9,2
Feijão em toneladas	7.580	720	180.573	3,1
Milho em toneladas	93.238	640	1.974.277	34,3
Farinha de mandioca em alqueires	89.765	640	57.450	1,0
Farinha de milho em alqueires	2.451	720	1.765	0,0
Toucinho em toneladas	191	3200	41.568	0,7
Suínos	69.155	5000	345.775	6,0
Cavalos	11.399	16000	182.384	3,2
Mulas	2.268	40000	90.720	1,6
Bovinos	35.573	10000	355.730	6,2
Ovinos	5.799	640	3.711	0,1
Peixe seco em toneladas	60	3200	12.992	0,2
Óleo de amendoim em medidas	666	320	213	0,0
Valor total			5.759.717	100%

Fonte: Luna e Klein (2005), tabela 4.1, p. 112

de um quarto dos produtores. A média era de cinco escravos por proprietário.

Os dados de Minas Gerais, na mesma época, mostram resultados similares. Entre os 57 fogos registrados, cerca da metade dedicava-se à agricultura. Os demais chefes de fogos se distribuíam por vários segmentos, com predomínio do artesanato (27%). A mineração ainda era presente, mas pouco representativa (3%). Dos fogos dedicados à agricultura, cerca de um terço possuía escravos, que somavam 56 mil cativos. Entre os agricultores encontramos a média de sete escravos por proprietário, contra a média de seis entre os proprietários das demais atividades. Nas atividades agrícolas, encontramos 282 engenhos de

açúcar, com média de 20 cativos por unidade e que controlavam 5% dos escravos da localidade. Entre os fogos em geral, a terça parte possuía escravos; na agricultura esse percentual aumentava para 39%.

Pelos resultados, evidencia-se a importância das atividades agrícolas não dedicadas diretamente aos produtos típicos de exportação. Nota-se também a expressiva participação de produtores com escravos nesses segmentos agrícolas relacionados com o consumo interno e o autoconsumo, embora evidentemente a maioria não possuísse escravos e se apoiasse na força de trabalho familiar (Tabela 2).

É interessante observar que no primeiro quartel do século XIX o Rio de Janeiro

TABELA 2

Agricultura e demais atividades, quanto aos fogos e proprietários de escravos

	Fogos		% fogos com escravos	Escravos	Média escravos por proprietário
	Total	Com escravos			
São Paulo					
Agricultura	23.712	6.927	29%	57.770	8
Demais atividades	16.322	3.590	22%	15.604	4
Total	40.034	10.517	26%	73.374	7
% na agricultura	59%	66%		79%	
Minas Gerais					
Agricultura	26.674	10.417	39%	73.584	7
Demais atividades	30.311	8.539	28%	51.969	6
Total	56.985	18.956	33%	125.553	7
% na agricultura	47%	55%		59%	

Fonte: Censos manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Público Mineiro e Cedeplar

representava um importante centro consumidor do Brasil, reforçado pela vinda da família real e por transformar-se na capital do país independente. Assim, ao retrair-se o mercado gerado pela mineração, o Rio de Janeiro tornou-se o principal centro de absorção da produção de produtos da agricultura paulista e mineira (Paiva, 1996).

UMA VISÃO SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Na primeira metade do século XIX, a produção açucareira continuava importante e representava a principal atividade econômica do Nordeste, com ramificações no Rio de Janeiro e em São Paulo, esta em menor escala. Na década de 1820, o açúcar liderava

as exportações, respondendo por cerca de um terço das vendas externas brasileiras. A partir da década seguinte, e por mais de um século, a liderança seria ocupada pelo café, que ao final do século XIX respondia por dois terços das exportações brasileiras. São Paulo seria o principal centro produtor por mais de um século e tal fato teria importância fundamental na transformação do estado no principal centro econômico do país (Tabela 3).

Como vimos pelo caso da pecuária e do exemplo da província de São Paulo, em 1829, a agricultura, atividade predominante no Brasil, não se resumia aos produtos de exportação. Espalhava-se pelo território uma ampla atividade de produção agrícola e pecuária. Os dados apresentados ao longo do trabalho indicam que a criação animal e os agricultores não dedicados à exportação,

TABELA 3

Participação dos principais produtos no valor total exportado, 1821-1939

	Café	Açúcar	Cacau	Erva- -mate	Tabaco	Algodão	Borracha	Peles e Couros
1821-30	21%	34%	1%	0%	3%	25%	0%	16%
1831-40	49%	27%	1%	1%	2%	12%	0%	9%
1841-50	47%	30%	1%	1%	2%	9%	0%	10%
1851-60	54%	23%	1%	2%	3%	7%	2%	8%
1861-70	50%	14%	1%	1%	3%	20%	3%	7%
1871-80	59%	12%	1%	2%	4%	10%	6%	6%
1881-90	67%	11%	2%	1%	3%	5%	9%	4%
1891-00	67%	6%	2%	1%	2%	3%	16%	3%

Fonte: Anuário IBGE (1939-1940)

embora utilizassem predominantemente mão de obra familiar, serviam-se também da força de trabalho escrava e geravam excedentes comercializados em mercados locais, regionais ou nacionais. Em São Paulo, em 1829, a maior parte do milho ali produzido, e que representava parte expressiva do valor da produção agrícola local, era cultivada em unidades escravistas, muitas com múltiplos cultivos, inclusive açúcar e café.

De modo geral, a historiografia colonial brasileira concentrou-se nas atividades voltadas ao mercado externo, mas gradativamente amplia sua visão para as atividades não exportadoras, o que permite traçar um quadro mais adequado da dinâmica social e econômica do Brasil naquele longo período.

Desde o início da colonização desenvolveram-se três tipos básicos de produção agrícola. Em todas as regiões encontramos unidades agrícolas familiares, produzindo gêneros para sua subsistência, a partir de produtos nativos ou trazidos do exterior, e

adotando animais europeus produtores de alimentos. O desenvolvimento do mercado interno permitiu a colocação de excedentes nos mercados locais, regionais e nacionais, transportados inicialmente em lombo de mulas e posteriormente por cabotagem e ferrovias. Esse mercado interno, que se expandiu lentamente ao longo da colônia e do Império, possibilitou abastecer as populações residentes com produtos agrícolas básicos, alimentos, peles e animais utilizados nos transportes e nas atividades produtivas. Além disso, consolidou-se a produção agrícola comercial exportadora, crucial para a importação dos necessários bens europeus e dos escravos. Essas safras comerciais foram produzidas tanto em unidades escravistas, como no caso do açúcar e do café, quanto por pequenos e médios agricultores livres, como no caso do algodão. Foram essas três atividades agrícolas que absorveram a maioria dos trabalhadores no Brasil ao longo daquele período até meados do século XX.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, I. *A cultura algodoeira no Ceará*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1918.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária*. São Paulo, Cortez, 2011.
- ANDREONI, J. A. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, s/d.
- ARRUDA, J. J. de A. "O algodão brasileiro na época da revolução industrial". *Am. Lat. Hist. Econ.*, maio-agosto, 2016, pp. 167-203.
- AZEVEDO, D. M. M. R. "A pecuária de corte no Brasil: a introdução do gado zebu". *Agrolink*, 12/12/2007.
- BACHA, E.; GREENHILL, R. *150 anos de café*. São Paulo, Marcelino Martins & Johnston Exportadores Ltda., 1992.
- BORGES, L. A. "Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX". *Anos 90*, v. 23/44. Porto Alegre, dez./2016, pp. 207-30.
- CAMARA, M. A. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher e ensacar, e etc.* Lisboa, Oficina Literária Casa do Arco do Cego, 1797.
- CANABRAVA, A. P. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo, USP/IPE, 1981.
- CANABRAVA, A. P. "A grande lavoura", in Sérgio B. de Holanda (org.). *História da civilização brasileira*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1971, pp. 85-140.
- CANABRAVA, A. P. *O algodão em São Paulo, 1861-1875*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1984.
- CARLI, G. de. "O açúcar na formação econômica do Brasil". *Anuario Açucareiro*, 1937.
- CARLI, G. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1943.
- CARREIRA, A. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo, Editora Nacional, 1988, 2 v.
- DAVATZ, T. *Memória de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980.
- DEAN, W. *Rio Claro: a brazilian plantation system, 1820-1920*. Stanford, Stanford University Press, 1976.
- DEERR, N. *The history of sugar*. Londres, Chapman and Hall, 1949.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, IPE-USP, 1981.
- DONNEL, E. J. *Chronological and statistical history of cotton*. New York, James Sutton & Co. Printers, 1872.
- EISENBERG, P. *The sugar industry in Pernambuco: modernization without change, 1840-1910*. Berkeley, University of California Press, 1974.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1968.
- GIRÃO, V. C. "As charqueadas". *Revista do Instituto do Ceará*, 1996, pp. 72-92.
- HOLLOWAY, T. H. *Immigrants on the land: coffee and society in São Paulo, 1886-1934*. North Carolina, University of North Carolina Press, 1980.
- KLEIN, H. S. "A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880". *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, mai.-ago./1989, pp. 347-372.
- KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1941.
- KRICHAL, A. "Liverpool and the raw cotton trade: a study of the port and its merchant community, 1770-1815". *Master of arts*. Victoria University of Wellington, 2013.

- LIRBÓRIO, L. F. "O circuito espacial de produção do algodão naturalmente colorido na Paraíba-Brasil". Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 2017.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, Edusp, 2006.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. "Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 21:2, 2013, pp. 173-93.
- MARTINS, D. de C.; MELO, F. S. "O algodão do Brasil e a economia atlântica: comparações entre o Maranhão e Pernambuco (c.1750-1810)". 7ª Conferência Internacional de História Econômica. Ribeirão Preto, 2018.
- MATOS, O. N. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- MATTOON JR., R. H. "Railroads, coffee, and the growth of big business in São Paulo, Brazil". *The Hispanic American Historical Review*, 57:2, May/1977, pp. 273-95.
- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MEIRA, R. B. *Banguês, engenhos centrais e usinas*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2007.
- MELLO, P. C. de. *The economics of labor in brazilian coffee plantations, 1850-1888*. PhD thesis. Chicago, University of Chicago, 1977.
- MIELITZ NETTO, C. G.A. "Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira". Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 1994.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec-Polis, 1984.
- MOREIRA, N. J. *Indicações agrícolas para os imigrantes que se dirigem ao Brasil*. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico, 1875.
- NOGUEIRA, F. R. B.; SIMÕES, S. V. D. "Uma abordagem sistêmica para a agropecuária e a dinâmica evolutiva dos sistemas de produção do nordeste semi-árido". *Revista Caatinga*, v. 22, n. 2. Mossoró, abril-junho, 2009, pp. 1-6.
- NOVAES, F. A. "Proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII". *Revista de História*, 2000, pp. 213-37.
- OSÓRIO, H. "Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII". 3º. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007.
- OSÓRIO, H. "Estancieiros de Rio de São Pedro: constituição de uma elite terratenente no século XVIII". Congresso O Espaço Atlântico do Antigo Regime: Poderes e Sociedades.
- PAIVA, C. A. P. "População e economia nas Minas Gerais do século XIX". Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1996.
- PEREIRA, T. A. Z. "The cotton trade and Brazilian foreign commerce during the Industrial Revolution". Tese de doutorado. São Paulo, FEA-USP, 2017.
- PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PETRONE, T. S. "As áreas de criação de gado", in Sérgio B. de Holanda (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, *A época colonial*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- QUEIROZ, M. I. P. de. "Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras". *Revista do IEB*, 19, 1977, pp. 55-78.
- ROLIM, L. C. "O negócio das carnes secas do Siará Grande". XXVII Simpósio da ANPUH. Natal, 2013.
- SAES, F. A. M. de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo, Hucitec/INL/MEC, 1981.

- SCHWARTZ, S. B. *Sugar plantations in the formation of a brazilian society (Bahia, 1550-1835)*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- SILVA, F. C. T. da. "Pecuária e formação do mercado interno no Brasil colônia". *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, abril/1997.
- SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. Brasília, Edições do Senado Federal, 2005.
- SOARES, S. F. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro, J. Villeneuve e Comp., 1860.
- SOUZA, G. S. de. *Tratado descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1851.
- STEIN, S. J. "Aspectos do crescimento e declínio da lavoura de café no Vale do Paraíba 1850-1860". *Revista de História da Economia Brasileira*, ano I, n. 1, jun./1953.
- STEIN, S. J. *Vassouras, a brazilian coffee county, 1850-1900*. Nova York, Atheneum, 1976.
- SUMMERHILL, W. R. *Order against progress: government, foreign investment, and railroads in Brazil, 1854-1913*. Stanford, Stanford University Press, 2003.
- SUPRINYAK, C. E.; RESTITUTTI, C. C. "Os mueres e as minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX". Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006.
- VARGAS, J. M. "As mãos e os pés do charqueador: o processo de fabricação do charque e um perfil dos trabalhadores escravos nas charqueadas de Pelotas, Rio Grande do Sul (1830-1885)". *Sæculum*, 36. João Pessoa, jan.-jun./2017, pp. 153-74.
- VARGAS, J. M. "Abastecendo *plantations*: a inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX)". *História*, v. 33, n. 2. São Paulo, jul.-dez./2014, pp. 540-66.
- VARGAS, J. M. "A aristocracia do sebo. Riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890)". *Estudios Históricos*, VIII, n. 17, Diciembre 2016.
- VIVEIROS, J. de. *História do comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís, Associação Comercial do Maranhão, 1954, pp. 419-20.
- VOGT, J. L. *Portuguese rule on the gold coast, 1469-1682*. Athens, Ga., 1979.
- WATTS, I. *The cotton supply association: its origin and progress*. Manchester, Tubbs & Brook, 1871.